

## LITERATURA, HISTÓRIA E MITO EM *CARAGUATÁ* (1996), DE RAQUEL NAVEIRA

Lemuel de Faria Diniz\*

**Resumo:** Este trabalho pretende examinar as relações entre o discurso literário e o discurso histórico na obra *Caraguatá* (1996), de autoria da escritora sul-mato-grossense Raquel Naveira. A referida obra é composta de poemas inspirados na Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, numa região disputada pelos dois Estados. O diálogo entre a Literatura, a História e o mito demonstra que a linguagem simbólica que permeia a obra *Caraguatá* (1996) é inerente tanto à poesia como ao mito e deve ser levada em conta no trabalho do historiador que pretenda focar com êxito os contextos da Guerra do Contestado. Nessa obra naveiriana, a vertente didática, apoiada sobre o lirismo sintético, confere aos textos poéticos a possibilidade de serem lidos sob a perspectiva do valor estético e também como uma forma de conhecimento, observação esta que pode ser estendida ao modo de Naveira compor suas demais obras poéticas.

**Palavras-chave:** Raquel Naveira; *Caraguatá*; Guerra do Contestado; discurso literário; discurso histórico.

**Resumen:** Este trabajo trata de analizar las relaciones entre el discurso literario y el discurso histórico en la obra *Caraguatá* (1996), de autoría de la escritora sul-mato-grossense Raquel Naveira. La obra está compuesta de poemas inspirados en la Guerra del Contestado, entre los años 1912

---

\* Mestre em Letras/Estudos Literários pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor do curso de Letras na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Coxim. E-mail: lfd1981@yahoo.com.br.

y 1916, en la frontera entre Paraná y Santa Catarina, espacio competido por los dos Estados. El diálogo entre la Literatura, la historia y el mito demuestra que el lenguaje simbólico que penetra la obra *Caraguatá* (1996) es inherente a la poesía y al mito y debe ser llevada en cuenta en el trabajo del historiador que busca comprender con éxito los contextos de la Guerra del Contestado. En la obra naveiriana, la vertiente didáctica, apoyada en el lirismo sintético, confiere a los textos poéticos la posibilidad de que sean leídos bajo la perspectiva del valor estético y además como una manera de conocimiento, esta observación puede ser entendida como la manera que Naveira compone las demás obras poéticas.

**Palabras claves:** Raquel Naveira; *Caraguatá*; Guerra del Contestado; discurso literario; discurso histórico.

Ao abordarmos a obra *Caraguatá* (1996), coletânea de poemas inspirados na Guerra do Contestado, deparamo-nos com as relações entre a Literatura e a História, diante das quais pesquisadores incautos sentem-se tentados pelo equívoco de procurar correspondências de conteúdos entre uma e outra disciplina, isto quando da análise de uma obra literária que, de certo modo, alude a passagens históricas.

No volume dedicado às interações entre Literatura e História da Revista de Letras da UNESP de 1995, Aguinaldo José Gonçalves denomina os equívocos praticados no estudo desta linha de pesquisa de “verdadeiros estrangulamentos [...] que só fazem aumentar informações malcozidas, busca de equilíbrio por meio de procedimentos que podem ser considerados escolares.” A imprudência desses pesquisadores nasce do “impulso” de ambicionar “descobrir”, no texto literário, “o referencial histórico que possa ter-lhe servido de matéria-prima”. Refutando esse ato, Gonçalves expõe a noção que adotaremos como fundamental na realização desse estudo, a noção que procuraremos nos ater a cada análise:

Os fatos históricos não interessam em si ao discurso literário; o que lhe interessa são as relações extraídas das ações humanas que se desencadeiam no processo histórico.

São essas relações tão bem engendradas pela literatura que devem interessar ao crítico. Não lhe compete e a nada leva desvendar as fontes. (GONÇALVES, 1995, p. 10).

Da ampla bibliografia que versa sobre as relações entre Literatura e História, destacamos o ensaio “Relações entre História e Literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades”, no qual Ligia Chiappini apresenta, dentre outras abordagens, brilhantes considerações sobre o diálogo do discurso literário com o discurso histórico. Para caminhar rumo ao nosso objetivo – considerar tanto o valor estético como a “forma de conhecimento” presente em Caraguatá (1996) – nos limitaremos a ressaltar as três características do discurso literário: 1) “na literatura, o que interessa é o valor estético”; 2) “a literatura é concebida também como uma forma de conhecimento”, e; 3) “interessam esses seus dois lados, sobretudo quando ela consegue claramente reuni-los” (CHIAPPINI, 1999, p. 812-813). Ajudarão, também, a expor nossos posicionamentos estas observações de Josenia Chisini, contidas no ensaio “Intercâmbios e multimídia nas comunicações de Raquel Naveira”:

[...] Raquel Naveira transporta à sua biografia uma vocação natural a serviço de comunicação, que traz em si uma preocupação pela difusão da aprendizagem. E isto advém da sua experiência como docente do Curso de Letras da UCDB (Universidade Católica Dom Bosco).

Na sequência de seu ensaio, Chisini ainda pontua as atividades de Naveira como apresentadora e comunicadora do quadro “Prosa e Verso” do programa *Agenda Cultural*, da TV UCDB-NET, registrando também que a produção literária da escritora conserva-se atualizada, sendo propagada

nos meios de comunicação de massa, que se integram aos agentes mediáticos do áudio-visuais, tanto da editoração impressa, como da divulgação interartística, demonstrando assim os resultados dos **projetos culturais e educacionais**,

**que interagem com o campo difusor literário.** (CHISINI, 2004, p. 222, 229, negrito nosso).

As ponderações de Chisini nos fornecem subsídios para apontarmos a presença de uma “vertente didática” na carreira literária naveiriana, ou seja, os “projetos culturais e educacionais” da autora “interagem com o campo difusor literário”.

A vertente didática que paira nas obras naveirianas, em particular nas coletâneas *Sob os cedros do Senhor* (1994), *Caraguatá* (1996) e *Guerra entre irmãos* (1997), resulta de uma intencionalidade da autora em recontar o fato histórico de modo a delinear, junto à função cognitiva do texto literário – a Literatura é uma forma de conhecimento da realidade – uma produção poética que também transmita conhecimentos históricos de modo didático. Por meio de sua “visão histórico-literária”, sua “elaboração poética”, Naveira manifesta “sua contribuição em termos de dar visibilidade a um acontecimento aos quais brasileiras e brasileiros têm acesso limitado, normalmente sob a forma de sínteses brevíssimas e pouco esclarecedoras.” Esse processo associa-se à reintegração histórica por meio do “lirismo sintético”, que Christina Ramalho declarou estar presente na obra *Caraguatá* (1996), *Guerra entre irmãos* (1997) e *Senhora* (1999). O comentário que a pesquisadora faz desta última coletânea pode ser aplicado às demais, no que concerne ao entendimento do que seja o “lirismo sintético” que perpassa as referidas obras: “a obra compõe quadros, também sintéticos (característica de Naveira), por meio dos quais se integra a experiência privada ao contexto histórico-cultural”. E quando Ramalho discorre sobre *Caraguatá* (1996), essas noções (sobre o lirismo sintético) podem ser ampliadas: “Naveira, por sua vez, sintetiza cenário, acontecimentos e personagens”, tendo, como propriedade, “reunir Literatura, História e Mito de modo a promover novas leituras da cultura brasileira” (RAMALHO, 2005, p. 145, 147, 150).

Desse modo, o lirismo sintético sublinhado por Ramalho ajuda-nos a reconhecer nas obras que assinalamos, essa vertente didática, cuja origem remonta à transmigração da “característica” didática adquirida no ofício docente exercido por Naveira para sua criação literária. De acordo com Christina Ramalho, em Caraguatá (1996) os personagens João Maria, José Maria, Maria Rosa, Rosa Maria dos Anjos e Adeodato “são tomados em seu caráter mítico-histórico”, ao passo que a “onisciência (de João Maria, Teodora e Maria Rosa), a redenção (José Maria) e a predestinação da Serra do Mar [para sediar o conflito] compõem o plano mítico do poema e confirmam a presença da matéria épica” (RAMALHO, 2005, p. 148-149).

De posse dessas explanações, nos lançamos na empresa de “alargá-las”, ao mesmo tempo em que ampliamos nossa acepção de vertente didática por meio do exame das relações entre Literatura, História e mito na obra Caraguatá (1996). E, para iniciar este percurso, trasladamos o texto poético “I – Serra do Mar”:

A Serra (*sic*) do Mar  
Estende-se pela costa paranaense  
E por Santa Catarina  
Como um corpo de dragão  
Escamado de vales  
E esporões,  
Espumando massas de calhaus.  
  
Quantas pontas,  
Enseadas,  
Lagunas,  
Restingas  
Pelo cinturão negro do mitológico animal,  
Imerso no nevoeiro!  
Na Serra do Mar

Contribuiu com a guerra  
A brutalidade dos elementos:  
O vento,  
As águas,  
O ar. (NAVEIRA, 1996, p. 15).

Nesses versos, o eu-lírico procura introduzir a guerra por meio de uma contextura mitológica. Na segunda estrofe, verifica-se que a Serra do Mar é personificada num “corpo de dragão”, aludindo ao local íngreme do conflito, a região situada entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. O texto poético transmite de modo sintético, porém abrangente, as noções relativas às cadeias de montanhas que “testemunhariam” o saldo final da Guerra do Contestado: quase três mil mortos, número estipulado pelos dados oficiais, mas que, na análise de Ivone Gallo, é “bastante discutível, pois só no reduto de Santa Maria, arrasado pelas tropas do Exército, havia aproximadamente 5 mil revoltosos.”<sup>1</sup> Importa destacar que, ao “mitificar” a Serra do Mar, o discurso literário é dotado de uma linguagem simbólica, que segundo os estudos de Marilena Chauí, dispostos na obra *Convite à filosofia*, “opera por analogias (semelhanças entre palavras e sons, entre palavras e coisas) e por metáforas”, realizando-se principalmente como imaginação. De acordo com a pesquisadora, a linguagem simbólica é peculiar aos mitos, à religião, à poesia, ao romance e ao teatro, notabilizando-se, dentre outros aspectos, por oferecer “sínteses imediatas (imagens)” (CHAUÍ, 1998, p. 149).

Considerando a posição teórica de Chauí, é bom se notar no texto a analogia estabelecida entre os “recortes” do relevo da Serra do Mar e as reentrâncias do corpo de um dragão, ser fabuloso co-

---

<sup>1</sup> GALLO, 1999, p. 11. O historiador Paulo Pinheiro Machado, autor das pesquisas mais atualizadas sobre o conflito do Contestado, opta por considerar que mais de dez mil pessoas teriam perdido a vida durante os embates entre os *peludos* (como os sertanejos nomeavam as forças do governo) e os *pelados* (termo pelo qual os caboclos se autodenominavam). MACHADO, 2004, p. 72, 74.

mumente representado com cauda de serpente, asas e garras – um “mitológico animal”, como lemos na segunda estrofe. Assim, por meio da imaginação, a linguagem simbólica operacionaliza a referida analogia, oferecendo “sínteses imediatas (imagens)”. Recordamos, aqui, as palavras de Maria da Glória Sá Rosa, captadas por Otávio Gomes, na obra *A poesia de Mato Grosso do Sul*, de autoria deste: “o que mais chama a atenção em seus poemas é o ineditismo das imagens estranhas, incongruentes, abrindo clareiras de espanto no leitor” (ROSA apud GOMES, 1982, p. 145).

Constituída pela linguagem simbólica, a poesia é, naturalmente, permeada pelo símbolo. Nesse contexto, cabe dizer que a presença do símbolo na arte literária naveiriana é uma constante. No ensaio “Raquel Naveira: a fiandeira de textos poéticos”, Josenia Chisini comenta que a obra poética da artista sul-mato-grossense recebeu as influências da estética simbolista francesa, o que pode ser notado “na disposição dos efeitos semânticos, sobretudo na exploração das simbologias [...]” (CHISINI, 2004, p. 182). Como se sabe, o Simbolismo foi um movimento literário originado na França em fins do século XIX, tendo como princípio mais “destacado” o uso do símbolo, “da expressão indireta dos estados de espírito e das correspondências, para expressar complexas intuições de uma realidade oculta, inacessível.” O símbolo é “uma forma de expressão que visa sugerir estados de alma ou que visa expressar o mistério ou a Idéia sem revelá-los”, e caracteriza-se pela plurissignificação. (GOMES, 1994, p. 62).

Dos estudos de Rafael Camorlinga Alcaraz, apreendemos que o mito é dotado de um caráter simbólico, traço este que o aproxima da Literatura. Nesse caso, o “simbolismo não é exclusivo do mito; ele é onipresente no universo das artes. Mas no mito se manifesta de uma maneira especial, sendo ele próprio um símbolo.” A aproximação natural existente entre o símbolo e o mito permite concluir que o aspecto plurissignificativo do símbolo permite ao mito estabelecer um

caráter “dual”: “o mito se caracteriza pela ambiguidade, em virtude da qual, revela velando, descobre cobrindo, manifesta ocultando”, (ALCARAZ, 2005, p. 46) e isto se dá pela evocação e/ou pela sugestão, práticas adotadas pelos simbolistas como formas indiretas de dizer as coisas. (GOMES, 1994, p. 62).

O mito, na concepção de Graça Paulino, Ivete Walty e Vera Casa Nova, é “uma narrativa de caráter sagrado que conta como as coisas passaram a existir”, é “a narrativa por excelência, a épica dos deuses, o narrar coletivo a que todos têm direito, mesmo havendo mediadores, que são os encarregados de sua transmissão e divulgação”. De caráter cosmogônico, por deter o poder de explicar a existência do mundo, trata-se “de uma memória do princípio, do illo tempore”. (PAULINO; WALTY; CASA NOVA, 1994, p. 40-41).

Visando a expor nossas considerações sobre o mito na obra literária Caraguatá (1996), reproduzimos o texto poético “V – João Maria”:

Era um santo da terra,  
Meu padrinho João Maria,  
Um monge,  
Um eremita  
Vindo da Galiléia  
Para este sertão  
Que ele chamava de “Casa Verde”,  
Verde como o chimarrão da cuia  
E as águas do rio Uruguai.

Às vezes parecia jovem,  
Cheio de energia,  
Outras vezes, velho,  
Curvado ao peso da sabedoria;  
Usava gorro de jaguatirica,  
Sandálias de couro,



Roupa de riscadão,  
Era tão digno e bom  
Meu padrinho João.

Andarilho,  
Aparecia  
E desaparecia,  
Carregava um oratório,  
Uma panelinha de alça  
Onde nunca faltava alimento,  
Uma bandeira branca  
Como uma pomba vermelha;  
Tinha perdido três dedos da mão  
Meu padrinho João.

Por onde ia  
Espantava doenças,  
Esconjurava azares,  
Orientava o povo,  
Lia o fundo das almas,  
Benzia com erva vassourinha,  
Dizia que árvore era quase bicho  
E bicho quase gente;  
Só comia queijo com pão  
Meu padrinho João.

Virou mito,  
Virou lenda,  
Mas garanto que existia,  
Era meu padrinho  
Esse João Maria. (NAVEIRA, 1996, p. 25-26).

Tanto na historiografia sobre a Guerra do Contestado como no poema que transcrevemos, o monge João Maria é focado como um mito. Em *Messianismo e conflito social*, o pesquisador Maurício Vi-

nhas de Queiroz assinala que, mais “do que um simples indivíduo humano, João Maria tornou-se um mito e um símbolo”, graças a um “*processo de assunção de personalidade mítica*”, obtido pelo monge ao falar o que o povo sertanejo desejava ouvir, isto quando da sua autor-revelação como o intérprete daquela massa desamparada e miserável (QUEIROZ, 1977, p. 59-61). No texto poético “V – João Maria”, o eu-lírico apresenta os pormenores pelos quais foi atribuído a João Maria o *status* de mito. Sua aparência física, seus costumes, seu vestuário, sua mensagem, tudo concorre para a consolidação do mito, como trataremos de exemplificar, diga-se de passagem, parcialmente, com a transcrição desses versos: “Usava gorro de jaguatirica, / Sandálias de couro”, “Tinha perdido três dedos da mão”, “Dizia que árvore era quase bicho / E bicho quase gente”.

Outro detalhe importante é que, apesar da historiografia assegurar a existência de João Maria d’Agostinis e de João Maria de Jesus (cf. GALLO, 1999, p. 71-82), a coletânea de Naveira, constituída de poemas inspirados na Guerra do Contestado, apresenta apenas um deles, talvez pela autora ter decidido fundi-los num só, ou por ter se baseado em algum relato que tenha omitido um dos personagens. (RAMALHO, 2005, p. 149).

Tomando como referencial essas informações, ponderamos que tanto para o discurso histórico (restringo-me à Guerra do Contestado) como para o literário (nesse caso, referimo-nos à obra *Caraguatá*, de 1996), é o mito que “direciona” tanto o trabalho do historiador como a liberdade imaginativa da poetisa. De um modo geral, constatamos que nos livros de História utilizados para a elaboração desse capítulo, os autores não se esquivaram de, ao menos, abordarem o mito, isso devido à “dimensão” mítica presente nas personagens históricas Maria Rosa, João Maria d’Agostinis, João Maria de Jesus e José Maria, principalmente nesses três últimos. E, ao discorrerem sobre o mito, os historiadores trabalharam ou tiveram de lidar com uma catego-

ria que no ensaio “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura”, Sandra Pesavento denomina como “ficção controlada”:

A História, se a quisermos definir como ficção, há de se ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. De uma certa forma, eles se ‘impõem’ ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte. [...] Ficção controlada, porque a História aspira a ter, em sua relação de ‘representância’ com o real, um nível de verdade possível. Se não mais aquela verdade inquestionável, única e duradoura, um regime de verdade que se apóie num desejável e íntimo nível de aproximação com o real. [...] esta reconstrução organizada de uma temporalidade envolve questões delicadas: trata-se de ambiências, socialidades, formas de pensar, valores, racionalidades e sensibilidades outras, que o filtro do passado coloca em suspenso e dificulta a apreensão. Em suma, este é o grande desafio do historiador, viajante no tempo: como recuperar para os leitores de hoje – e para si próprios, em primeiro lugar – **as motivações e os imaginários que guiavam as ações dos homens de uma outra época?** (PESAVENTO, 1999, p. 820-821, negrito nosso).

No contexto de nossa investigação, cremos que, como “ficção controlada”, a História recorre não só ao arquivo e ao documento, como também ao mito para discorrer sobre “as motivações e os imaginários que guiavam as ações dos homens” da época do conflito do Contestado. Por essa razão, constataremos, na obra *O Contestado*, a historiadora Ivone Gallo analisar o imaginário milenarista-messiânico presente na cultura sertaneja, denotando a linguagem simbólica que perpassa os mitos e os símbolos extraídos do *Apocalipse*, como detalharemos, em seguida.

Nas explanações de Sandra Pesavento, citadas há pouco, encontramos respaldo para expormos pontos de aproximação e distanciamento entre a História e a Literatura. Ambas são **ficção**, sendo este termo um sinônimo “de imaginação ou invenção”. Para Massaud Moisés, a ficção abriga o núcleo do conceito de Literatura: “Literatura é a expressão dos conteúdos da imaginação, é ficção transmitida por meio da palavra escrita.” (MOISÉS, 2004, p. 188). Assim, parece-nos claro que o discurso literário é livre para expressar tudo que o potencial imaginativo do escritor for capaz de redigir, independente de haver alguma correspondência com a realidade das vivências como a conhecemos. À História é facultada “apenas” uma dose de ficção, ou de imaginação criadora, em virtude dos limites impostos pelos documentos e pelos vestígios do passado. No discurso histórico, a ficção só tem lugar quando o historiador precisa acionar sua imaginação para compor uma ordem ou um sentido para a “organização” dos fatos. Em poucas linhas, diríamos que, enquanto a Literatura é 100% ficção, a ficção presente na História é ditada pela necessidade de atribuir um sentido diante de uma lacuna que não pôde ser preenchida pelos documentos ou arquivos.

É importante reparar que em *Caraguatá* (1996), o diálogo da Literatura com a História se dá por meio da linguagem simbólica, ou melhor, a linguagem simbólica é comum a ambos os discursos. Visando a demonstrar como se instaura esse processo, partiremos, inicialmente, das considerações da pesquisa *O Contestado*, na qual, a autora, Ivone Gallo, aponta a difusão da perspectiva milenarista-messiânica pelos três monges que lideraram os caboclos que se revoltaram contra as injustiças provenientes da ordem capitalista vigente, isto em virtude da notável influência religiosa e política exercida sobre estes. Na pregação dos **monges** – denominação esta que no contexto da Guerra do Contestado é de procedência desconhecida – João Maria d’Agostinis, João Maria de Jesus (na verdade, Anastás, ou Anastasis Marcaf) e José Maria (de acordo com Ivone

Gallo, “seu nome verdadeiro para ter sido Miguel Lucena de Boaventura”) – trouxeram mais vigor para essa perspectiva, já latente na região antes mesmo da eclosão do conflito, quando passaram à divulgação de conteúdos do livro bíblico *Apocalipse*, de autoria do apóstolo João. “A divulgação do conteúdo da Escritura [referindo-se ao *Apocalipse*]”, no imaginário dos sertanejos – pondera Gallo – introduziu nestes “a possibilidade da percepção do presente como revivescência do passado (o que está escrito aconteceu, no passado, e se repete, hoje).” (GALLO, 1999).

A nosso ver, qualquer pesquisa histórica que se proponha estudar a Guerra do Contestado sem explicar o surgimento e a propagação do mito João Maria, bem como o messianismo latente na região do conflito, será empobrecida irreparavelmente, pois “o discurso mítico não deve ser visto como concorrente e sim como suplemento da verdade histórica e científica.” (ALCARAZ, 2005, p. 45). O aparecimento do monge João Maria (estou me referindo aos dois primeiros “Joões” Maria como um só personagem, visto que os caboclos não faziam distinção: ambos eram considerados uma só pessoa) no cenário do Contestado, região marcada por um messianismo latente, contribuiu para a inserção de novos elementos no imaginário sertanejo, devido aos conteúdos do *Apocalipse* difundidos a quatro ventos pelo líder religioso. Esses ensinamentos influíram no pensamento mítico dos sertanejos, que constantemente reelaboravam os fatos do conflito e as suas próprias condições, atribuindo ao contexto uma perspectiva genesíaca e funcional. Na esteira de Marilena Chauí, o pensamento mítico

vai reunindo as experiências, as narrativas, os relatos, até compor um mito geral. Com esses materiais heterogêneos produz a explicação sobre a origem e a forma das coisas, suas funções e suas finalidades. O mito possui, assim, três características principais: 1. função explicativa [...]; 2. função organizativa [...]; 3. função compensatória. (CHAUÍ, 1998, p. 161-162).

No caso do conflito ocorrido na região sul do Brasil, Gallo enfatiza a difusão dos conteúdos do *Apocalypse* pelos monges peregrinos, que arrogavam para si a condição de profetas. Interpretando o texto bíblico com uma certa flexibilidade, em diferentes momentos, os monges lideraram os sertanejos, fornecendo – por meio da divulgação do *Apocalypse* – os parâmetros para a formulação das expectativas dos rebeldes em torno da ideia de Monarquia ideal, ou do milênio na Terra. E, como no período anterior ao combate às profecias do texto bíblico ainda não tinham se cumprido – na concepção cristã está por se cumprir a instauração de um milênio de paz e equidade na Terra, que, na ocasião, será governada por Jesus – abriu-se uma “brecha” para uma leitura atualizada do *Apocalypse*, repercutindo num sentimento de identificação do sofrimento dos cristãos com a situação dos caboclos.

Semelhantemente aos crentes, oprimidos pelo Império Romano, os sertanejos passavam por sérias restrições, seja pela imposição da cobrança de impostos sobre a erva-mate, seja pela política de colonização, que concedia terrenos às empresas estrangeiras (em particular, à responsável pela construção da ferrovia, coordenada pelo grupo *Farquard* e sua subsidiária, a *Lumber*), ocasionando a expulsão de muitos posseiros de suas terras, aos quais só restou trabalhar para os grandes fazendeiros, que constantemente os submetiam a maus tratos. “A realidade violenta, para São João [o autor do *Apocalypse*], como para os sertanejos do Contestado, adquiriu as proporções de uma cosmogonia, uma imagem suficientemente forte para representar ou realçar a injustiça como algo intrínseco a este mundo.” Nesse sentido, para os sertanejos a imagem evocada pela Besta (a filha do Anticristo) representa a figura alegorizada e estereotipada do inimigo, sendo que essas “imagens, na sua atemporalidade presumida, convertem-se em um **símbolo**, capaz de abarcar a expressão dos conflitos políticos, no concreto, e a caracterização dos poderosos, como sendo a própria

encarnação do mal.” (GALLO, 1999, p. 11, 47, 50, 71, 75, 83, 91, 98, 101, 177-179, **negrito nosso**).

Os posicionamentos teóricos de Gallo, que vimos discorrendo nos últimos parágrafos, são importantes à nossa pesquisa por fornecerem uma visão panorâmica da Guerra do Contestado, bem como por constituírem o ponto de partida para evidenciarmos, daqui por diante, a linguagem simbólica como o elemento que intersecciona a Literatura e a História em *Caraguatá* (1996), isso sem esquecer a relação dessa linguagem com a vertente didática, cuja presença na obra naveiriana assinalamos já no início deste texto. No intuito de alcançar essas metas, analisaremos o poema “VI – José Maria”:

José Maria,  
Peregrino?  
Curandeiro?  
Farsante?

Perambulava pelo vale do Rio do Peixe,  
Distribuindo chás de ervas,  
Relíquias,  
Rezas,  
Migalhas de esperança.  
Morreu combatendo em Irani,  
Um velho propagou a notícia:  
- Ressuscitará José Maria,  
Minha neta,  
Teodora,  
Teve a visão:  
Voltará com São João Maria,  
São Miguel,  
São Sebastião,  
Toda a Milícia Celeste  
Para castigar a República  
Que não é governo para a nação.

Formou-se então um Exército Encantado,  
Uma Guarda de Honra para recepcionar  
José Maria Ressuscitado:  
Meninos de Deus  
Em cavalos brancos  
Como os pares de França,  
Virgens de vestidos alvos,  
Coroas  
E fitas azuis.

Todos os marginalizados,  
Os desempregados da Estrada de Ferro,  
A jagunçada,  
Os facões de pau,  
Os fanáticos,  
Os famintos,  
Ouviram estrondo dos obuses,  
Dos canhões,  
O crepitar das metralhadoras,  
Acabou em chumbo e tragédia  
A volta de José Maria. (NAVEIRA, 1996, p. 29-30).

A linguagem simbólica, inerente à poesia, pode ser melhor “sentida” na terceira estrofe. Referindo-se à morte do monge José Maria, a voz poética cria um novo mundo, produto do imaginário do eu-lírico, conforme nota-se nos versos “Formou-se então um Exército Encantado, / Uma Guarda de Honra para recepcionar / José Maria Ressuscitado”. E, embasados nos estudos desenvolvidos na obra *Convite à filosofia*, de Marilena Chauí, para quem “a linguagem simbólica nos dá a conhecer o mundo criando um outro, análogo ao nosso, porém mais belo ou mais terrível do que o nosso” (CHAUÍ, 1998, p. 150), salientamos que, por meio da ressurreição do monge, o eu poético sonha com um mundo mais justo para os marginalizados – cuja relação está elencada na última estrofe –, quando da integração



de José Maria à Milícia Celeste, que virá “castigar a República / Que não é governo para a nação.”

De posse dessas informações, concluímos que, na constituição do ideário da insurreição histórica do Contestado, a linguagem simbólica, inserida nos discursos dos três monges, influenciou os rebeldes sertanejos, exercendo, portanto, um papel considerável no conflito. Um exemplo disso é que, conhecendo o *Apocalipse* por meio de seus intermediários – os três monges –, os caboclos se esforçaram por construir as “cidades santas”, provavelmente inspirados no relato bíblico que discorre sobre a edificação da nova Jerusalém, uma cidade santa preparada por Cristo aos crentes, no céu. Conforme Paulo Pinheiro Machado, os rebeldes “formulavam um projeto próprio de vida em sociedade – a ‘cidade santa’: povoados formados por sertanejos que buscavam uma nova vida a partir dos ensinamentos de ‘São João Maria’ e ‘José Maria’”. (MACHADO, 2004, p. 71). Esses povoados eram também designados de redutos, dentre os quais Ramón Sovierzoski aponta os de Caraguatá, Santa Maria, Tamanduá e Taquarussú. (SOVIERZOSKI, 2004, p. 2).

Na voz dos líderes religiosos, a linguagem simbólica foi responsável também pela manutenção das populações das “cidades santas”, o que se deu por meio da instituição de uma irmandade entre os caboclos.

Outro aspecto importante a ser destacado é que, diante do analfabetismo dos sertanejos, parece-nos evidente que, se os monges – que eram alfabetizados – tivessem empregado a linguagem conceitual em seus discursos, muito dificilmente exerceriam alguma influência junto às populações dos redutos. Desse modo, a linguagem simbólica mostrou-se mais adequada à difusão dos conteúdos do Apocalipse aos sertanejos. A apropriação dos relatos do apóstolo João pelos sertanejos ocorreu em decorrência da associação dos sofrimentos por que passaram os cristãos que

viviam na época da escritura do livro bíblico com as vicissitudes atravessadas pelos caboclos.

É importante se notar que, com a morte dos três monges, a pregação apocalíptica que condenava a ordem política vigente “e preparava a consciência do homem interiorano para a inevitabilidade e a naturalidade do ‘dia final’ (a guerra), entendido como um recomeço necessário à instalação aqui na terra da ‘lei de Deus’, a monarquia” (AURAS, 2001, p. 161), não cessou, assim como não desapareceu a linguagem simbólica a ela circunscrita. Na pessoa dos demais líderes, a figura do monge – ora João Maria ora José Maria e, às vezes, de ambos – 2 era evocada na e para a manutenção do movimento rebelde. Por meio das formas, todos os sertanejos reuniam-se em torno do líder e seus auxiliares mais próximos a fim de receberem as instruções do dia e rezarem. Nessas reuniões, os dirigentes dos povoados impunham sua autoridade dizendo-se portadores de mensagens dos monges. Apesar desse argumento, não raro, ocultar quem realmente estava por detrás do comando, a saber, os anciãos que compunham o conselho formado para “selecionar” as ordens que o monge transmitia a cada líder, a difusão da mensagem apocalíptica foi perpetuada.

Desse modo, com exceção de Ramón Sovierzoski, autor do artigo “Guerra do contestado”, os demais historiadores que consultamos nos fornecem subsídios para afirmar que, do princípio ao fim, o movimento rebelde do Contestado foi influenciado, dentre outros fatores, principalmente pelo apelo emotivo e afetivo da linguagem simbólica, esta inserida nos discursos dos comandantes. No começo, esta linguagem repousava nas pregações apocalípticas dos três monges; ao término do conflito, estando os sertanejos cercados pelos militares, o último líder, Adeodato, ainda se esforçava por manter

---

<sup>2</sup> No poema “VI – José Maria”, vê-se que o eu-lírico evoca a ambos os monges: “Morreu combatendo em Irani, / Um velho propalou a notícia: / - Ressuscitará José Maria,” “Voltará com São João Maria”. (NAVEIRA, 1996, p. 29-30).

os caboclos unidos invocando a figura do monge João Maria e seus ensinamentos. (AURAS, 2001, p. 162-167).

As reflexões até aqui desenvolvidas nos ajudam a concluir que o estudo das relações entre a Literatura, a História e o mito na obra Caraguatá (1996) nos encaminha para a percepção das vertentes históricas, regionais e culturais no texto literário naveiriano. Assim, a História da Campanha do Contestado, em todos os seus aspectos, relaciona-se à cultura dos sertanejos, impregnada de conteúdos religiosos pautados na perspectiva milenarista-messiânica apropriada, em grande parte, da narrativa mítica do Apocalipse. O local do conflito, uma região disputada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, acentua o caráter regional da coletânea naveiriana, inspirada nesses eventos.

### Referências

ALCARAZ, Rafael Camorlinga. Mito literário e mito religioso. In: RDC: Revista de Divulgação Cultural. Blumenau: Ed. FURB, n. 86, maio/ago. 2005. p. 41-49. 120 p.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. 4. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001. 204 p.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

CHIAPPINI, Ligia. Relações entre história e literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades. In: Simpósio Nacional da ANPUH, 20, 1999, Florianópolis. *Anais...* São Paulo: Humanitas/FFCH/USP: ANPUH, 1999. p. 805-817.

CHISINI, Josenia Marisa. Intercâmbios e multimídia nas comunicações de Raquel Naveira. In: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos (Coord.). *Divergências e convergências em literatura comparada*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. p. 221-229. 264 p.

CHISINI, Josenia Marisa. Raquel Naveira: a fiandeira de textos poéticos. In: RUSSEFF, Ivan; MARINHO, Marcelo; SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos (Orgs.). *Ensaaios farpados: arte e cultura no Pantanal e no cerrado*. 2. ed. rev. e ampl. Campo Grande, MS: Ed. UCDB; Ed. Letra Livre, 2004. p. 173-187. 232 p.

- GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999. 204 p. (Coleção Pesquisas).
- GOMES, Álvaro Cardoso. *O Simbolismo*. São Paulo: Ed. Ática, 1994. 69 p. (Princípios, 240).
- GONÇALVES, Aguinaldo José. Apresentação. In: *Revista de Letras da UNESP*, São Paulo: Ed. UNESP, v. 35, 1995. p. 9-11. 257 p.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. A guerra de *peludos e pelados*. In: *Revista Nossa História*. São Paulo: Ed. Vera Cruz, n. 10, ago. 2004. p. 70-74.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 188.
- NAVEIRA, Raquel. *Caraçuatá: poemas inspirados na Guerra do Contestado*. Campo Grande, MS: Gráfica Ruy Barbosa, 1996. 77 p.
- PAULINO, Graça; WALTY, Ivete; CASA NOVA, Vera. A questão dos gêneros literários. In: PAULINO, Graça; WALTY, Ivete (Orgs.). *Teoria da literatura na escola: atualização para professores de I e II graus*. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1994. p. 37-53.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura. In: *Simpósio Nacional da ANPUH, 20, 1999, Florianópolis. Anais...* São Paulo: Humanitas/FFCH/USP: ANPUH, 1999. p. 819-831.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1977. 325 p. (Coleção Ensaios, 23).
- RAMALHO, Christina. A reintegração histórica através do lirismo sintético – Raquel Naveira. In: \_\_\_\_\_. *Elas escrevem o épico*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005. p. 141-150. 188 p.
- ROSA, Maria da Glória Sá *apud* GOMES, Otávio Gonçalves. *A poesia de Mato Grosso do Sul*. [S.l.]: Gráfica Resenha Tributária, 1982. p. 145. 207 p.
- SOVIERZOSKI, Ramón. Guerra do contestado. *O Progresso*, Dourados, 02 ago. 2004. Caderno P1, Opinião, p. 2.